

## O LOBBY DO BATON

**Schuma Schumaker**  
Agosto 2007

Em novembro de 1985, quatro meses após sua criação, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançou a Campanha “Constituinte sem mulher fica pela metade”, que tinha o propósito de ampliar a representação feminina no Congresso Constituinte, a ser instalado no ano seguinte, debater a situação jurídica da mulher e incentivar sua participação no processo de formulação da nova Constituição Brasileira.

Imediatamente foi preciso enraizá-la. Muitas viraram peregrinas. Visitaram todos os estados, discutindo com grupos de mulheres e Conselhos e estimulando o debate.

Paralelamente, o CNDM investiu numa campanha publicitária que incluía TV, out-doors, publicações, e outros recursos de comunicação e, paralelamente, organizou em todo país debates, encontros e seminários para discussão e formulação de propostas, culminando na realização de um Encontro Nacional, em agosto de 1986, que elaborou e aprovou a Carta das Mulheres aos Constituintes e lançou a campanha “Constituinte prá valer tem que ter direitos da mulher”.

É válido lembrar que o país inteiro se debruçava sobre a possibilidade de formulação de novas leis e que, movido pelo compromisso com as mulheres, o CNDM mergulhou na tarefa de incluir no novo texto constitucional questões que viessem alterar realmente a situação das mulheres. E assim, defendeu propostas feministas no Congresso Nacional, algumas contra o próprio governo do qual fazia parte, como a licença maternidade de 120 dias e a legalização do aborto, entre outras.

Suas maiores bandeiras foram:

- licença maternidade de 120 dias,
- licença paternidade de 08 dias,
- direito à creche para crianças de zero a 06 anos,
- direito à posse da terra ao homem e a mulher,
- igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher,
- igualdade na sociedade conjugal,
- reconhecimento da união estável como entidade familiar,
- direitos trabalhistas e previdenciários à empregada doméstica,
- direitos sexuais e reprodutivos,
- garantia de mecanismos que coíbam a violência doméstica,
- garantia de mecanismos que coíbam a discriminação étnica/racial.

“O que estão querendo as mulheres?”, provavelmente pensaram aqueles que se apressaram em tentar desvalorizar o trabalho do Grupo, chamando-as de “lobby do batom”.

Mas as mulheres não se intimidaram e nem perderam o humor com essa provocação. Conseguiram transformar, estrategicamente, aquilo que pretendia ser uma afronta em mais um elemento da mobilização e força política das mulheres e da bancada feminina. O apelido foi parar nos jornais, mas não com a conotação pejorativa dos que subestimavam força das mulheres.

Daí nasce forte e decisivo o Lobby do Batom. Impossível dizer sua composição e seus limites, em número de pessoas. Todo mundo ajudava a telefonar, consultar, contatar, redigir, reproduzir, expedir, visitar gabinetes e persuadir indecisos. No Congresso até o mais distante dos Parlamentares esbarrava no recado: *Constituinte, as mulheres estão de olho em você !!!*

As integrantes do CNDM, a Bancada Feminina do Congresso Nacional e lideranças de inúmeras organizações de mulheres participaram de todas as etapas do processo constitucional, nas subcomissões, nas comissões temáticas, na apresentação de emendas, na análise dos trabalhos do relator, na discussão dos anteprojetos e do projeto. Realizou várias manifestações e vigília para acompanhar a votação final. Manteve um canal permanente com os Conselhos, com os grupos de mulheres nos estados, as categorias profissionais específicas, como as trabalhadoras domésticas e rurais, com as mulheres negras, índias, informando do andamento das propostas e transformando-se em um verdadeiro lobby nacional – o lobby do batom -, considerado um dos dois maiores grupos da sociedade civil organizados na Constituinte. 85% das propostas foram incorporadas no texto final.

Para as mulheres, o exercício pleno da cidadania significa o direito à representação, à voz, e à vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar. Ainda hoje, o voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária. E o lobby do batom ajudou a consolidar essa posição.